



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 25 de fevereiro de 2013

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO	
Receita Federal	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Estagnado no Amazonas	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Novo acordo	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Pedrinho Aguiar	5
JORNAL DO COMMERCIO	
Pedrinho Aguiar (continuação)	6
A CRITICA	
Polo naval ameaça.....	7
CIDADES	
A CRITICA	
Polo naval ameaça (continuação)	8
CIDADES	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Rápidas	9
ECONOMIA	

CAPA

Arrecadação cresce e puxa reação do PIM

A Receita Federal divulgou o resultado da arrecadação de tributos do Amazonas. O Estado arrecadou R\$ 991,9 milhões em tributos federais no primeiro mês do ano de acordo com dados da DRF-

Manaus (Delegacia da Receita Federal em Manaus). O montante cresceu 5,2% na comparação com os R\$ 943,3 milhões arrecadados em janeiro do ano passado, em valores nominais. Com os efei-

tos da inflação, estimada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) dos últimos doze meses em 6,15%, houve queda de 0,9% da arrecadação no Estado. Para o presidente da

Fecomércio-AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas), José Roberto Trados resultado é sinal de que a economia do PIM está começando a reagir.

Página A5

Receita Federal

Arrecadação federal cresce 5,2%

Para as entidades da indústria no Amazonas, apesar da inflação, resultado mostra retomada de fôlego do PIM

Por Tanair Maria

O Amazonas arrecadou R\$ 991,9 milhões em tributos federais no primeiro mês do ano de acordo com dados da DRF-Manaus (Delegacia da Receita Federal em Manaus). O montante cresceu 5,2% na comparação com os R\$ 943,3 milhões arrecadados em janeiro do ano passado, em valores nominais. Com os efeitos da inflação, estimada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) dos últimos doze meses em 6,15%, houve queda de 0,9% da arrecadação no Estado.

O desempenho da arrecadação foi bom, por ainda apresentar reflexo da crise no PIM (Polo Industrial de Manaus) em 2012, principalmente o seguimento de duas rodas de acordo com o delegado titular da DRF/Manaus, Leonardo Barbosa Frota. "O resultado em janeiro ainda foi superior ao do ano passado, mesmo com a crise no Distrito Industrial que sacrificou o Polo de Duas Rodas. A arrecadação não aconteceu no mesmo patamar da 2ª Região fiscal, de quase 10%, mas a expectativa é de recuperação ao longo do ano", analisou Frota.

Segundo o presidente da Fecomércio-AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas), José Roberto Trados no cenário onde a economia do país está fixada em 3% é sinal

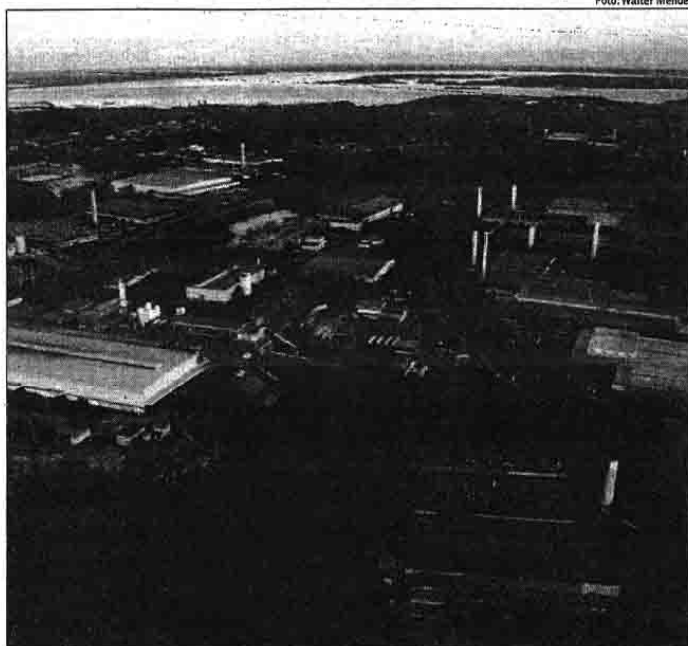


Foto: Walter Mendes

Para os especialistas, apesar da inflação atrapalhar a arrecadação, resultado mostra que o PIM voltou a crescer

de que a economia do PIM está começando a reagir. Com o PIB (Produto Interno Bruto) crescendo entre 0,8 a 1,0% levando em consideração a tipicidade do mês de janeiro, e o freio das atividades industriais na região, remete o especialista a concluir que o Amazonas terá um crescimento na economia superior ao passado.

"Com o aumento da produção a partir deste mês e reação das exportações com uma real desoneração da carga tributária fazendo com que a competitividade seja alavancada a favor da nossa economia. A tendência natural é de que chegaremos a um PIB superior ao de 2012, e isso é bom", declarou Trados.

Tributos

Entre os principais tributos arrecadados em janeiro, destaca-se para a Receita Previdenciária com recolhimento de R\$ 289,68 milhões participação de 29,2% no total, mesmo com uma pequena queda de 0,9%, afetada pela redução nos valores recolhidos principalmente na fabricação de motocicletas, com

queda de 20,35%, em relação aos R\$ 292,44 milhões do igual período do ano anterior.

A Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que arrecadou R\$ 273,24 milhões cresceu 12,7% com os fabricantes de bens de informática, eletrônicos e ópticos. Seguido pelo IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) com R\$ 110,43 milhões que obteve incremento de 13,6%, resultado da tributação sobre 'Royalties e Assistência Técnica a Residentes no Exterior', aumento de 93,8%, das empresas classificadas nas divisões de 'Eletricidade, Gás e Outras Utilidades e de Impressão e Reprodução de Gravações'.

O maior crescimento registrado foi do PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) sendo

R\$ 72,19 milhões representou 14,3% na comparação com R\$ 63,14 milhões do igual período do anterior, também motivado pela arrecadação oriunda dos fabricantes de bens de informática, eletrônicos e ópticos, 13,5% de aumento.

A categoria Outras Receitas, em contra partida, apresentou

Destaque para a Receita Previdenciária com recolhimento de R\$ 289,68 milhões participação de 29,2% no total

queda de 35,9%, causada pela forte redução de depósitos vinculados a processos judiciais em discussão na JF (Justiça Federal), os quais tiveram uma queda expressiva superior a 90% quando comparados R\$ 2,32 milhões arrecadados em janeiro com R\$ 3,62 milhões do mesmo período do ano anterior.

Dados

AMAZONAS EM NÚMEROS

A 2ª Região fiscal, que abrange os estados da região Norte, exceto Tocantins, arrecadou R\$ 2,33 bilhões em janeiro de 2013. Variação positiva de 9,9% em valores nominais sobre igual período do ano anterior, quando o total arrecadado foi de R\$ 2,12 bilhões, e 3,5% maior quando corrigida pela inflação.

Queda de 1,9% no valor arrecadado no mês janeiro pela DRF/Manaus, quando representou 42,6% do total arrecadado na 2ª Região Fiscal na comparação com 44,5% do mesmo mês do ano anterior.

Estagnado no Amazonas

Nível de emprego teve crescimento zero em janeiro

Segundo informações do MTE-AM, no mês passado houve um aumento de apenas 14 postos de trabalhos celetistas no estado

Por Lucas Câmara

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta sexta-feira (22) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no Amazonas o nível de empregos no Amazonas se manteve estável no último mês de janeiro. Segundo informações do MTE-AM, no mês passado houve um aumento de apenas 14 postos de trabalhos celetistas no estado, equivalentes à variação de 0,00% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior. Em contrapartida os desempenhos positivos dos setores da Indústria de Transformação (+1.115 postos) e de Serviços (+492 postos), contribuíram com a estagnação os setores do comércio (-1.284 postos) e da construção civil (-320 postos).

Já no acumulado dos últimos doze meses, o montante de empregos gerados no Amazonas atingiu 9.538 postos de trabalho, correspondendo a um aumento de 2,16%.

Para o presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Ismael Bichara, a perda de postos de trabalho no comér-

cio é normal no mês de janeiro. Mas na opinião dele, as 1.284 demissões do comércio foram poucas, se comparadas às mais de 5 mil admissões no período de agosto a dezembro de 2012, que é o período em que o setor contrata trabalhadores temporários.

"A maioria das empresas substitui cerca 10% do seu quadro todos os anos. Então é natural acontecer demissões no mês de

esperada. Nosso objetivo sempre é crescer e gerar empregos. Para janeiro queríamos um número de contratações superior ao registrado no mês de dezembro, mas infelizmente vivemos uma situação anormal em que as empresas intensificam as contratações em um determinado período para depois demitir. Se o comércio contrata, o comércio vai bem", avaliou.

Brasil

Os números nacionais do Caged mostram que, em janeiro deste ano, foram criados 28.900 empregos com carteira assinada no país, corresponden-

tes ao crescimento de 0,07% em relação ao estoque do mês anterior. Foram declaradas 1.794.272 admissões e 1.765.372 desligamentos no mês, maiores números para o período. Nos últimos 12 meses, foram abertos 1.163.847 postos de trabalho, expansão de 3,03% no nível de emprego.

Os dados geográficos revelam expansão do emprego em duas das cinco Regiões. O Sul registrou +48.843 postos (+0,69%), saldo superior ao registrado em janeiro de 2012 (+44.164 pos-

tos), com destaque para Santa Catarina (+ 18.929 postos) e Rio Grande do Sul (+ 18.789 postos). Centro-Oeste com +16.335 vagas (+0,54%) teve expansão em todos os estados, com destaque para Mato Grosso (+ 9.096 postos). As exceções ficaram por conta do Nordeste (-29.200 postos), queda marcada devido fatores sazonais, em grande parte às atividades sucroalcooleiras e ao desempenho negativo no Comércio; Norte (-5.495 postos), resultado influenciado pelo Comércio; e Sudeste (-1.583 postos), a redução deveu-se, principalmente, ao desempenho negativo do Comércio e da redução dos postos na Agricultura.

Por Unidade da Federação, 11 elevaram o nível de emprego com duas apresentando o segundo melhor desempenho. Apesar disso, 16 estados apontaram recuo. Os destaques positivos foram: Santa Catarina (+ 18.929 postos) e Mato Grosso (+ 9.096 postos), ambos com o segundo melhor resultado para o mês; Rio Grande do Sul (+ 18.789 postos); São Paulo (+ 16.956 postos); Paraná (+ 11.125 postos); Minas Gerais (+ 7.480 postos).

no acumulado dos últimos doze meses, o montante de empregos gerados no Amazonas atingiu 9.538 postos

janeiro, já que o movimento em nos dois últimos meses é muito maior. Existe uma lógica em que o comércio tem que demitir. Mas nós percebemos que o percentual de demissões é muito baixo em relação às admissões que aconteceram no ano passado", falou Bichara.

Já para o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas, Dermilson Chagas, apesar não apresentar déficit, o resultado não foi satisfatório. "Essa estagnação não era

Novo acordo

Portuários suspendem greve até 15 de março

A mobilização, com cerca de 30 mil trabalhadores, paralisou Portos nacionais e chegou ao Amazonas (Itacoatira, Manaus e Parintins)

Os trabalhadores portuários concordaram em suspender as greves até 15 de março para negociar com o governo as mudanças na MP dos Portos (medida provisória nº 595), que precariza as condições de trabalho. O acordo com o governo foi feito durante reunião realizada nesta sexta-feira (22), em Brasília, entre representantes dos sindicatos, federações, centrais sindicais e o ministro-chefe da Secretaria dos Portos, Leônidas Cristino.

O deputado federal e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, Paulinho, afirmou que o acordo foi um gesto dos trabalhadores visando a negociação e mudanças na MP dos Portos. "A abertura de diálogo representa que podemos debater mudanças na MP dos Portos. Não vamos permitir a precarização do trabalho nos portos", disse.

"A greve foi uma vitória dos trabalhadores", afirmou Wilton Ferreira Barreto, presidente da Federação Nacional dos Estivadores. "A medida provisória retira direitos e diminui salários e isto não podemos aceitar", declarou Rodnei Oliveira da Silva, presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente,

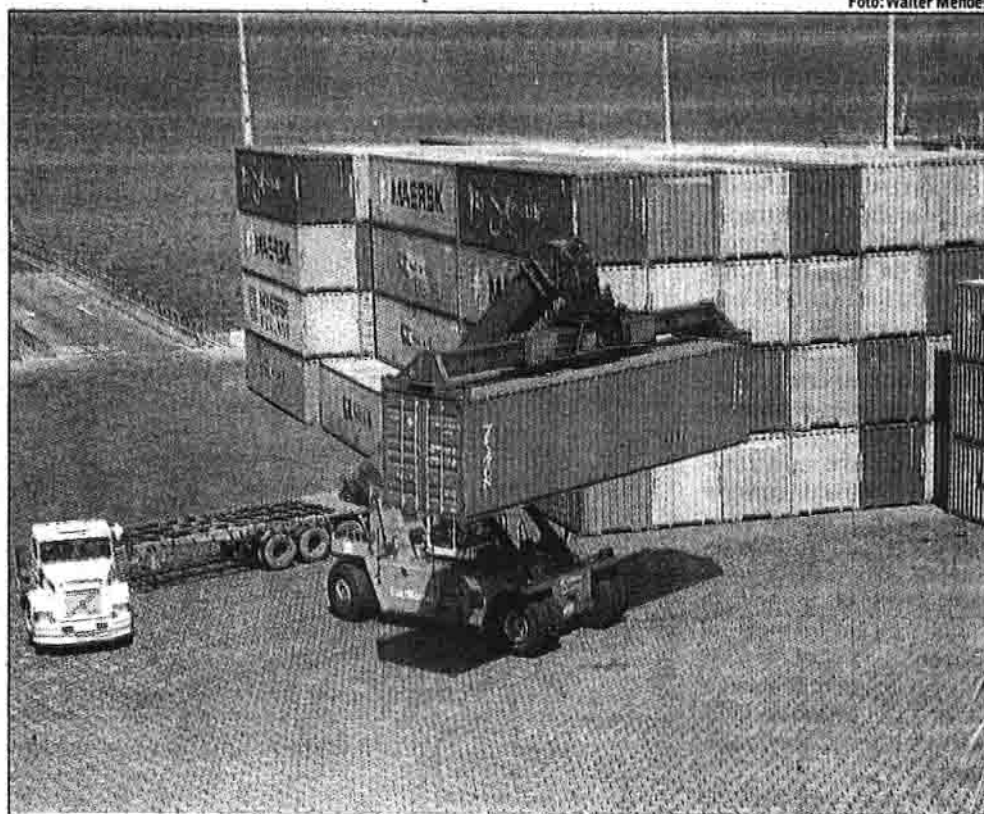


Foto:Walter Mendes

A greve chegou a Manaus onde estivadores e agentes portuários também paralisaram atividades

Guarujá e Cubatão.

Greve

Sindicatos organizaram manifestações em vários Estados, especialmente no Porto de Santos, no litoral paulista. A

mobilização, com cerca de 30 mil trabalhadores, paralisou Portos nos seguintes Estados: Amapá; Amazonas (Itacoatira, Manaus e Parintins); Pernambuco; Bahia (Salvador, Ilheus

e Aratu); São Paulo (Santos e São Sebastião); Espírito Santo (Vitória, Capuava e Vila Velha); Rio de Janeiro (Angra dos Reis); Santa Catarina (Paranguá, Itajaí) e Rio Grande do Sul

Pedrinho Aguiar

Contato: pac.aguiar@hotmail.com - (92) 9101-3930

Fotos: Divulgação



A presidente da ABRH-AM, Ozeneide Casanova Nogueira, Robério Braga, Rosa Pontes e Thomaz Nogueira, superintendente da Suframa

Posse festiva

A posse da nova diretoria da Associação Brasileira de Recursos Humanos-ABRH, seccional Amazonas, na última terça-feira, foi das mais concorridas. A advogada e assistente social, Ozeneide Casanova Nogueira e o especialista em Gestão de Empresas e Recursos Humanos, Roberto Chagas assumiram o comando da instituição para o triênio (2013/2015). O empresário e atualmente secretário municipal de Finanças, Planejamento e Tecnologia da Informação, Ulisses Tapajós, também tomou posse como presidente do Conselho Deliberativo. A solenidade aconteceu no Salão Rio Solimões, anexo ao Centro Cultural Palácio Rio Negro, no Centro. Presentes no evento, personalidades de destaque da área empresarial da cidade e do Estado. Fica o registro.



Empresários Mauricio Loureiro, Antônio Silva e Wilson Perico, diretores da Fieam, na posse da nova diretoria da ABRH/AM

Pedrinho Aguiar (continuação)

INTERCÂMBIO TECNOLÓGICO

Cerca de trinta representantes de importantes instituições do Polo Industrial de Manaus (PIM) se reuniram com diretores e especialistas em gestão do Polo Tecnológico de Navacchio, núcleo europeu de indústrias de inovação e robótica, localizado na região da Toscana, Itália. O encontro faz parte do projeto coordenado pela Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), resultado de um convênio firmado entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Polo naval ameaça

As comunidades ribeirinhas que deverão ser afetadas pelo Polo de Indústria Naval do Amazonas estão cobrando do Governo do Amazonas esclarecimentos sobre os reais impactos sociais e ambientais do empreendimento. O Polo Naval deverá ser construído na comunidade do Puraquequara, na margem esquerda do rio Amazonas, zona rural de Manaus, onde aproximadamente 19 comunidades ribeirinhas estão localizadas.

Desde que o Decreto 32.875 de 10 de outubro de 2012 foi publicado no Diário Oficial do Estado, no qual consta a necessidade de desapropriação das famílias, os moradores das comunidades estão apreensivos. Há um mês, após reunião na comunidade Bom Sucesso com procuradores do Ministério Público Federal, foi acertada a realização de uma audiência pública, que na semana passada foi

confirmada para o próximo dia 8 de março, na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM). Em janeiro, o MPF-AM instaurou inquérito para acompanhar o procedimento de licenciamento ambiental do polo naval.

O que mais tem intrigado os moradores das comunidades é a forma como as notícias sobre o empreendimento estão chegando ao seu conhecimento: pela imprensa, por boletins e por ameaças veladas (segundo eles) de funcionários do governo que realizam estudos nas comunidades.

"A gente nunca foi procurado. Soubemos por terceiros, extraoficialmente. Estão falando desse polo naval como se não existissem pessoas morando nas comunidades. Por isso que a gente quer, através da audiência, que nossos governantes nos dê uma informação mais concreta. Não somos contra nenhum projeto que traga desenvolvimento para o Estado, mas queremos ser ouvidos também", disse Francisco

Saiba mais

>> Etapas do polo

A área desapropriada equivale 10 mil hectares às margens esquerda do rio Amazonas, após o rio Puraquequara. A primeira etapa do Polo Naval abrigará dois grandes estaleiros, seis médios estaleiros e 60 estaleiros de pequeno porte, construídos em até três anos.

Mateus da Silva, 55, presidente da comunidade São Francisco do Mainá.

Silva disse que todos estão "muito preocupados" com o risco de terem que sair das suas comunidades, caso realmente haja desapropriação. "Nasci e me criei aqui. Minha mãe tem 77 anos e nasceu aqui. Somos comunidades tradicionais. Para onde vão querer nos mandar?", afirmou.

Doramir Viana da Cunha, morador da comunidade Jatuarana, diz que todos foram pegos de surpresa, mas que os ribeirinhos exigem participar das discussões sobre o projeto. "Até agora nada sabemos direito. Algumas pessoas se dizendo do governo chegam nas casas falando que haverá indenização, que o povo terá que sair, que não sei mais quê. Por que o governo não nos procura para dar explicação? Muita gente está com medo de sair de suas terras. Ninguém quer ir para a cidade, que já está cheia. Queremos continuar aqui", disse Cunha.

Embora no Decreto 32.875 as comunidades afetadas não estejam citadas textualmente, os moradores conseguiram identificá-las com base nos dados das coordenadas geográficas contidas no documento. "Ao todo, são 19, mas podem ser até mais. Só aqui em Jatuarana têm 24 famílias com título de terra. Como se não bastasse o Exército quer

tirar a gente daqui, agora vem esse projeto de Polo Naval. A situação não está nada boa para nosso lado", disse.

Desde que começou a mobilização para se obter mais informações sobre o empreendimento, os ribeirinhos vêm contando com apoio de pessoas ligadas a movimentos sociais e sendo acompanhados por procuradores da República. Uma delas é Marta Valéria Cunha, do Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social (Sares), entidade ligada à Arquidiocese de Manaus. Segundo Marta, está havendo "uma pressão danada" contra os ribeirinhos para que estes aceitem, futuramente, a desapropriação. "O Estado nunca foi escutá-los. Já tem até empresa terceirizada dizendo que eles vão ter que sair porque vai haver polo naval. Na comunidade Bom Sucesso, por exemplo, um topógrafo anda por lá e ninguém sabe o que realmente ele está fazendo", disse Marta.

Blog

“Luiz Castro

DEPUTADO E PRESIDENTE DA
COM. MEIO AMBIENTE

“A gente quer entender de que maneira o governo vai implementar o polo naval nessa região ribeirinha. Não tem estudo técnico, não há informações sobre o porque o governo escolheu aqueles lotes. Não sabemos qual vai ser o critério para indenização e porque precisa desapropriar uma área tão extensa. A nossa preocupação é de harmonizar o interesse econômico, que é justo, com a permanência das comunidades tradicionais. Por enquanto, o projeto está muito nebuloso. Por isso vamos pedir informações mais claras e tornem o processo mais participativo”.

Manaus, segunda-feira, 25 de fevereiro de 2013.

Polo naval ameaça (continuação) Ribeirinhos serão ouvidos em audiência pública

O assessor da Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), Edmar Magalhães, responsável também pelo projeto do polo naval, reconheceu que as comunidades ainda não foram procuradas oficialmente, mas que isto ocorrerá na audiência do dia 8 de março e de forma mais frequente após esta data.

"A gente não vai levar já uma posição para eles enquanto não estiver totalmente definido, enquanto não saber o que afeta e quantos serão afetados. Por enquanto, nosso contato tem sido a Secretaria dos Movimentos Sociais e com o Incra. Em cima do levantamento que ainda estamos concluindo é que vamos dizer como eles serão inseridos no processo", disse Magalhães. Conforme o

assessor, "antes da viabilidade econômica, o projeto vai priorizar a viabilidade ambiental e social".

Conforme Edmar Magalhães, na atual fase do projeto a intenção "não é tirar ninguém, mas apenas fazer deslocamento dentro da própria área". Ele disse ainda que é intenção criar uma "cidade operária, aproveitando a mãe de obra de dentro (das comunidades)".

O assessor preferiu não ante-



Comissão do Meio Ambiente realizou reunião e agora fará audiência pública

cipar quais as comunidades poderão ser impactadas, mas adiantou que uma delas, o Projeto de Assentamento Nazaré, ficará de fora de qualquer intervenção. "Por enquanto, queremos evitar correria por lá, uma exploração a nível de pessoas indo para lá e super valorizando a área, criando exploração imobiliária. Por isso que primeiro estamos identificando todas as pessoas existentes ali", explicou. Segundo Magalhães, a intenção é lançar a "pedra fundamental" do projeto ainda em 2013 e começar os estudos de impactos ambientais nos próximos dois anos.

Rápidas

SMARTPHONES

Fabricantes mundiais travam disputa acirrada pelo mercado brasileiro

Os fabricantes de smartphones travam uma disputa acirrada. Na semana passada, Samsung, Nokia e BlackBerry apresentaram no Brasil seus novos aparelhos. Todos têm preço salgado - o mais barato fica em R\$ 899. A disputa a ser travada é basicamente pelo consumidor que já é dono de um smartphone, entende o que é sistema operacional e quer trocar o aparelho.